

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
NA ESCOLA

Vânia Grigório

**A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA SALA DE AULA: APESAR DOS ENTRAVES,  
UMA POSSIBILIDADE.**

Belo Horizonte

2016

Vânia Grigório

**A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA SALA DE AULA: APESAR DOS ENTRAVES,  
UMA POSSIBILIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Analise de Jesus da Silva

Belo Horizonte

2016

Vânia Grigório

**A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA SALA DE AULA: APESAR DOS ENTRAVES,  
UMA POSSIBILIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora : Analise de Jesus da Silva

Aprovado em 09 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

---

Analise de Jesus da Silva - Orientadora

---

Ramuth Pereira Marinho

Aos(às) colegas(as) e professores(as) da FaE UFMG, que nos levaram ao caminho do conhecimento e nos fizeram crescer para sermos pessoas mais atuantes na luta do movimento negro e do combate a este mal atinge a tantos silenciosamente: o preconceito racial.

Agradecimentos,

Aos Orixás, por tudo e pela força que nos deram em toda nossa caminhada.

À nossa família e amigos(as) pela compreensão e apoio nos momentos ausentes.

Aos nossos ancestrais, que lutaram para que estivéssemos aqui, continuando a luta por direitos iguais.

A todos os professores, orientadores e colaboradores deste curso, pela orientação, pelo incentivo e capacitação para que possamos levar este tema com tanta propriedade que nos proporcionaram para a sala de aula.

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo." *Nelson Mandela*

## RESUMO

A sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo esta produto de um processo histórico, que inseriu num mesmo cenário, quatro grupos distintos: indígenas, europeus, negros e asiáticos. Esse contato favoreceu aparecimento de diversas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado. Este trabalho aborda a temática da interpretação dos rótulos e preconceitos vivenciados pela criança negra, na construção de sua identidade no cotidiano escolar, de como a escola contribui com esta perpetuação e de possibilidades de um trabalho voltado para o combate ao preconceito racial. A relação estabelecida entre crianças brancas e negras nos espaços livres escolares pode acontecer de modo tenso, segregar e ou excluir a criança negra e o discurso “padrão” pode ser incorporado por algumas crianças de modo maciço, e então se reconhecer dentro dele: "feia, preta, fedorenta, cabelo duro", iniciando o processo de desvalorização de seus atributos individuais, podendo, assim, interferir na construção da sua identidade de sujeito. Dessa forma, compreende-se que a escola tanto pode ser um espaço de disseminação quanto um meio eficaz de prevenção e diminuição do preconceito a partir do momento em que se propõe a realizar este trabalho. Através de análise de projeto sugerido e aplicado em uma escola pública de Nova Lima, procurou-se mostrar como o trabalho é possível, mesmo em uma realidade de pouca formação dos professores sobre a temática, mas onde a coordenação coloca este trabalho como necessário para se formar cidadãos conscientes na questão de sua identidade racial e educados para as relações raciais.

Palavras-chave: racismo, diversidade, preconceito, identidade, formação, currículo.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 - A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL BRASILEIRA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 - PRECONCEITO ÉTNICO NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 – A DIVERSIDADE NA ESCOLA PÚBLICA.....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 ATENTANDO PARA O MITO DA IGUALDADE RACIAL.....</b>	<b>19</b>
<b>4 - A LEI 10.639/03 E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES .....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 ENSINO E APRENDIZAGEM E A DIVERSIDADE ÉTNICA.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 TRABALHANDO COM A DIVERSIDADE NO PRIMEIRO CICLO.....</b>	<b>27</b>
<b>5 - DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>30</b>
<b>5.1 HISTÓRICO DA ESCOLA ANALISADA.....</b>	<b>30</b>
<b>5.2 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>32</b>
<b>5.3 AMOSTRAS.....</b>	<b>35</b>
<b>5.4 RESULTADOS DAS ANÁLISES.....</b>	<b>36</b>
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>7 - ANEXOS.....</b>	<b>43</b>
<b>7.1 PROJETO APLICADO NA ESCOLA.....</b>	<b>43</b>
<b>7.2 FOTOS DA CULMINÂNCIA DO TRABALHO.....</b>	<b>48</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo a reflexão e análise sobre as questões relacionadas à criança negra no ambiente escolar e como as relações vividas no espaço escolar interferem na sua identidade e sua formação educacional. Paralelamente, como este assunto pode ser trabalhado se o corpo docente da escola estiver com o olhar para as diferenças bem apurado e consciente da importância do mesmo. Como é o olhar da criança negra sobre si mesma no contexto escolar e como ocorre a formação da sua identidade. O objetivo é pesquisar a contribuição da implantação da Lei 10639/03 interfere na formação da identidade cultural do aluno negro e não negro no espaço escolar em uma escola que busca entendimento da prática docente como processo de construção de identidade sujeito – aluno, e os desafios sobre a implementação e efetivação da referida Lei no currículo escolar.

### 1.1 Problematização

A cada dia mais temos ouvido falar no campo escolar a implementação e efetivação da Lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Após 12 anos de sua promulgação, ainda se ouve falar de uma lei que era para estar efetivada. Mas por que ainda se ouve falar e não está efetivada? Que entraves ainda não permitiram que mais de 50% da população do nosso país que se autodeclara negra ou parda ainda não conhece a sua verdadeira história e a outra parte do país ainda não valoriza esta população que é julgada como inferior em comparação com a população oriunda da Europa? Será que nossos educadores estão preparados para trabalhar a desconstrução de séculos de informações equivocadas ou apagadas sobre o povo negro? Qual o papel da equipe gestora das escolas no processo de efetivação da Lei? Estas são algumas questões que devemos refletir para que realmente esta Lei se efetive no "chão da escola" e realmente haja mudanças nos discursos, posturas, gestos, olhares e modo de tratar a educação para as relações raciais.

## 2 - A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL BRASILEIRA

Brasil, país plural em riquezas naturais, culturais e étnicas. Possui uma diversidade étnica e cultural, em construção, desde sua origem como nação. Inicialmente, a população brasileira foi formada pelo contato de dois povos – os indígenas e os portugueses. Na sequência histórica são acrescentados os africanos. Completam-se, assim, os três pilares básicos dessa formação étnica – indígena, portuguesa e africana.

As interações étnico-raciais representam o fator constante na história brasileira. Na sequência do processo de formação do povo brasileiro, acrescentam-se imigrantes oriundos de todos os cantos do mundo que transportaram para esta terra suas culturas, vivências, valores e sonhos de construir uma nova sociedade. Por isso, pode-se dizer que se o Brasil possui uma predestinação, esta é, sem dúvida, a de ser uma nação de ampla diversidade cultural.

A diversidade alude à circunstância dos sujeitos de serem diferentes (algo que em uma sociedade tolerante, liberal e democrática é digno de respeito). Embora também faça alusão ao fato de que a diferença (nem sempre neutra) transforme-se, na realidade, em desigualdade, na medida em que as singularidades dos sujeitos ou dos grupos permitam que alcancem determinados objetivos nas escolas e fora delas de maneira desigual. A diferença não é somente uma manifestação do ser único que cada um é; em muitos casos, é a manifestação de poder ou de chegar a ser, de ter possibilidades de ser e de participar dos bens sociais, é a manifestação de poder ou de chegar a ser, de ter possibilidades de ser de participar dos bens sociais, econômicos e culturais. Contrapomos o diverso ao homogêneo, confrontamos o desigual com equiparação, que é a aspiração básica da educação, pensada como capacitação para aumentar as possibilidades.

Todas as desigualdades são diversidades, embora nem toda diversidade pressuponha desigualdade. Por isso, devemos estar muito atentos para que, em nome da diversificação, não estejamos contribuindo para manter ou provocar a desigualdade. As políticas e as práticas a favor da igualdade podem anular a diversidade; as políticas e as práticas que estimulam a diversidade talvez consigam em certos casos manter, mascarar e fomentar algumas desigualdades (SACRISTÁN, 2002).

Nesse pensamento entende-se que a diversidade étnico-racial, precisa ser problematizada, em todas as suas nuances e aspectos, para que se torne um processo de modernização e aperfeiçoamento das relações entre todos os grupos humanos que compõem o conjunto representativo de um país.

A nação brasileira defronta-se, hoje, com o desafio de construir uma sociedade harmônica e justa para com todos os segmentos de sua imensa pluralidade étnica. O reconhecimento de situações de grandes diferenças de acesso aos benefícios produzidos com o trabalho de todos é o primeiro passo para corrigir injustiças e aperfeiçoar a unidade da nação brasileira condicionando essa união ao reconhecimento e respeito de todas as diversas etnias que compõem este país de proporções continentais.

(...) a diversidade étnico-cultural está relacionada ao resgate do sujeito. Ela sempre esteve presente nas mais diversas formas de organização social e nos mais diferentes processos históricos e nos indica que as crenças, as tradições, os valores e as regras existentes, em todo, e qualquer grupo social, sempre foram mediadas não somente pelas relações de poder e de dominação, mas, também, pela religião, a etnia/raça, o gênero, a idade, entre outros.

A diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são, também, culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes (GOMES; GONÇALVES E SILVA, 2002)

A história brasileira tem apontado situações de exclusão social histórica, crônica, sem muitas perspectivas de mudanças, por isso o culto a uma classe de pessoas bem sucedidas que não vivenciam os problemas da maioria da população, isso é, portanto, um grave equívoco, muito destrutivo para a construção da identidade de muitos brasileiros. As implicações decorrentes do despreparo da sociedade para respeitar e conviver com o diferente estão presentes nas instituições sociais como um todo. Fala-se em “tolerar” o outro. Nessa acepção tem-se como referência um “sujeito padrão”, – o louro de olhos claros, o branco, o corpo esguio, estatura média alta, traços “finos”, cabelos lisos, abundantes e pesados, etc. Do ponto de vista psicossocial, valoriza-se o indivíduo inteligente, extrovertido, capaz de iniciativas,

criação e comunicação. Os diferentes destes “modelos-padrão” são “tolerados”. Quando se fala em tolerar supõe-se que somente alguns traços físicos e algumas manifestações psicossociais são aceitas. Os demais são tolerados.

O modelo-padrão dado como referência é valorizado na mídia. Propagandas são veiculadas na venda de produtos e serviços que prometem transformar o outro, ou igualá-lo ao modelo-referência. A ideia do homem ou da mulher “padrão”, vai sendo interiorizado(a) nas pessoas, de forma imperceptível, não questionado(a), não refletido(a). Em busca dessa imagem, parte de adolescentes e jovens, absorvem a propaganda, sem questionamento.

Em busca da imagem desejada, ideal, e às vezes impossível de ser alcançada, podem ser adotadas ações que negam as características físicas do sujeito tanto à formação do seu eu, da sua identidade. Ao tentar assumir características do “modelo” “eleito” como “referência” busca-se uma homogeneização da raça humana.

O sujeito que não se enquadra no “modelo eleito” pode sofrer comportamentos de intolerância, antiético, de desrespeito ao diferente do propagado pela mídia e pelo mercado de consumo. O desrespeito nem sempre é explícito; muitas vezes é velado, silencioso. Pode estar presente quando se caminha indiferente na perspectiva da homogeneização; muitas vezes se torna hostil, e se expressa por palavrões, apelidos, rótulos e preconceitos. O indivíduo preconceituoso age simploriamente, de forma irrefletida, com base no senso comum. Falta-lhe um conhecimento mais elaborado, que lhe dê sustentação para compreender e respeitar o diferente, bem como fundamentações científicas que expliquem as diferenças. Por isso não respeita, “tolera”.

### 3 - PRECONCEITO ÉTNICO NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola é o ambiente onde os grupos sociais estão em constante diálogo e conflito, sob o desafio do respeito à diversidade. O ambiente escolar para a criança negra pode ser o espaço para a sedimentação da sua identidade, cuja construção se inicia no seio familiar; ou ainda, pode vir a ser o palco onde a construção da identidade nega suas raízes étnicas, caso se confronte com relações de exclusão.

Um tipo de relação excludente é o preconceito étnico, o qual pode se estabelecer de maneira explícita ou comumente velada, já que a escola é um espaço social onde os sujeitos trazem para as relações lá estabelecidas suas visões de mundo, seus valores morais, religiosos, suas tradições e os seus preconceitos.

Percebe-se que a escola é o local das descobertas para a criança. É lá que ela aprenderá a conviver ou não com críticas, competições, perdas e realizações. Além disso, a escola é a instituição que ministra o conhecimento, o qual deve se basear em valores éticos e democráticos, pois a formação do cidadão consciente está em grande parte sob a responsabilidade da escola.

Por isso, os currículos escolares devem conter conteúdos que abordem em todas as áreas a educação voltada à diversidade cultural presente no espaço escolar, reconhecendo e valorizando estas culturas e ensinando aos educandos a respeitarem a cultura do outro, como aponta o professor Neidson Rodrigues:

Ter uma escola democrática significa desenvolver uma educação escolar que compreenda as diversas interferências e interesses que perpassam a sociedade e que organize o ensino de forma a levar o educando a compreendê-lo e a compreender o papel de cada um, individualmente, e o de cada grupo organizado, para poder interferir nas ações dessa sociedade. (RODRIGUES, 1988).

Assim, a escola abrange os interesses da sociedade, isto é, ela não é fechada em si mesma. Ela vai muito além de seus muros. Segundo Nilma Lino Gomes (2004, p. 105), “se concordamos que a escola é um direito social, temos de avaliar seriamente se ela de fato tem sido assim para negros e brancos”. A adoção de políticas de ação afirmativa para o povo negro no Brasil não pode ser confundida com paternalismo. Na opinião da autora, trata-se de justiça social.

Nesse sentido, podemos verificar em relação à legislação educacional que, em 09 de janeiro de 2003, alterando a lei 9394/96, foi aprovada a lei número 10.639, tornando obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino Fundamental e Médio. Nos conteúdos, segundo o texto da lei, deve ser abordada a luta dos negros no nosso país, a cultura negra brasileira e a contribuição dos negros na formação da sociedade nacional.

A Lei ressalta o papel imprescindível da escola no tocante ao ensino da verdadeira história dos negros, ou seja, de suas origens antes de serem escravizados. Conhecer a história e a cultura do povo africano é necessário não apenas para trabalhar a autoestima das crianças negras, pois a questão étnica não é exclusiva dos negros, é também da população brasileira.

Entretanto, trabalhar a diversidade étnica dentro da sala de aula, pode ou não, ser uma tarefa difícil para o professor, considerando que cada educador possui sua visão de mundo, sua subjetividade, seus valores e opiniões, como afirma Nilma Lino Gomes:

trabalhar com a questão racial na escola nos coloca diante de nós mesmos, dos nossos preconceitos e valores, mexe com a nossa subjetividade, com a nossa ética e com nossas 'certezas'... E, em relação aos professores brancos e negros, mexe com as suas trajetórias de vida." (GOMES, 2004)

Assim sendo, vale destacar que os professores e demais membros da escola também encontram-se em uma situação merecedora de atenção, pois no ambiente escolar há profissionais que não sabem lidar com a criança negra e não se pode afirmar que o fazem com intenção, já que suas formações enquanto educadores não envida esforços para o acesso aos conhecimentos da cultura negra.

Desta forma, o educador, mesmo no intuito de fazer o melhor para o seu aluno, correrá o risco de pautar seu comportamento em preconceitos e desinformação, ou mesmo com o seu silêncio ser sujeito de uma atitude preconceituosa e danosa para a construção da identidade das crianças - negras ou brancas.

Nesse sentido, o adulto possui importante papel no desenvolvimento da criança. Não se é ensinado às crianças brancas que elas devam discriminar e humilhar seus colegas negros, mas os exemplos dentro da escola, da família e da sociedade,

contribuem para que o preconceito étnico sobreviva: a forma como se trata o empregado negro, as piadas depreciativas, os ditados pejorativos e outros gestos influem na formação de mentalidades preconceituosas. Pais e educadores são referências para a formação da identidade da criança, conforme aponta a psicóloga e escritora Maria Aparecida Cória-Sabini:

... a criança em idade escolar não é capaz de resistir às pressões externas. Por isso, seu autoconceito baseia-se naquilo que os outros dizem ao seu respeito. Se estes lhe comunicarem que ela é esperta e inteligente, ela se sentirá assim e se comportará de forma a corresponder às expectativas. Porém, se lhe disserem que é feia ou menos capaz, ela passará a se identificar com essas afirmações e a se comportar de acordo com elas.” (CÓRIA-SABINI, 1993).

### **3.1 – A diversidade na escola pública**

A escola eleita para realização dos estudos, objeto desse TCC, é pública; nela, estão matriculados(as) cerca de 200 alunos(as) de classe social média baixa, e baixa; de peles branca, morena, parda, negra, amarela; de cabelos pretos, castanhos, louro, liso, anelado, crespo; de estatura variada, magros, gordinhos, alguns levemente obesos; crianças interessadas outras, menos interessadas pela aprendizagem, pela atividade livre; vestem-se e se cuidam de diferentes formas. Esses dados, dentre outros indicam ser essa escola representativa da diversidade brasileira.

Esta diversidade étnico-cultural presente na escola pública brasileira, nos dias atuais, encontra igualdade na possibilidade de acesso à escola, todavia pode-se questionar quanto às condições oferecidas para a sua permanência.

A igualdade entre a clientela que busca a escola pública, situa-se mais na necessidade do ensino gratuito. Encontram-se entre estes estudantes, iguais na necessidade, muitas desigualdades de situações econômicas, familiares, religiosas, étnicas, culturais, dentre outras. Nem sempre, esta diversidade humana, encontra uma escola pública preparada para entendê-la em sua singularidade e oferecer-lhe um tratamento no qual o respeito a seus valores étnicos e culturais se faça presente.

No atual momento histórico com escolas acessíveis cada vez a uma maior parte da sociedade ao Ensino Básico, direciona-se com a abertura de vagas para todos. No entanto as condições de permanência dos alunos e de interação entre o ensino escolar oferecido a cultura e etnia desses estudantes são condições passíveis de reflexão para compreender a sua complexidade histórica, social, cultural, étnica e econômica.

O processo de construção de currículos e práticas educativas considerando a diversidade é muito recente na história da educação brasileira. A continuidade do processo de construção de uma escola atualizada com o contexto social é essencial para o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem escolar. O conhecimento sobre os sujeitos clientes do ensino público ainda requer maior reflexão e estudo. Assim a busca por um ensino público de qualidade passa, necessariamente, pelo reconhecimento da diversidade étnico-cultural e de um trabalho contínuo na construção e aperfeiçoamento do modelo escolar em todos os seus aspectos sócio-educativos.

As crianças, adolescentes e jovens, em fase de formação, necessitam de atenção, orientação humana e ética. Estão em processo de formação, em seus conceitos básicos de suas individualidades e de suas formas de se relacionarem com o mundo; estão sendo construídos. Necessitam de uma formação humana que lhes possibilite construir suas identidades de forma consciente, integrados consigo mesmo e com o diferente.

Na composição da diversidade sociocultural e étnica integrante da escola pública há grupos estigmatizados como: obesos(as), índio(a), negro(a), gays, lésbicas e outros. Os sujeitos desses grupos muitas vezes expostos a uma mídia que supervaloriza padrões, culturais sociais e econômicos contrários à deles, podem desenvolver sentimentos de inferioridade e de baixa autoestima bem como sentimentos de impotência em relação à condição vivida e à possibilidade de acesso aos bens socioculturais e econômicos.

É preciso um olhar cuidadoso, reflexivo e contínuo para se detectar práticas reprodutivas de um modelo social injusto repressor, favorável a alguns grupos

sociais. A escola pode e deve ser espaço de construção criação e desenvolvimento de ações emancipatórias, para si e para o seu grupo étnico.

Pois as escolas não são “meramente” instituições de reprodução, instituições em que o conhecimento explícito e implícito ensinado molda os estudantes como seres passivos que estarão então aptos e ansiosos para adaptar-se a uma sociedade injusta. Esta interpretação é falha sob dois aspectos centrais. Primeiramente, ela vê os estudantes como internalizadores passivos de mensagens sociais pré-fabricadas. Qualquer coisa que a instituição transmita, seja no currículo formal ou no currículo oculto, é absorvida, não intervindo aí modificações introduzidas por culturas de classe ou pela rejeição feita pela classe (a raça ou gênero) dominada das mensagens sociais dominantes. Qualquer um que tenha ensinado em escolas de classe trabalhadora, ou escolas localizadas nas periferias sabe que não é assim que as coisas se passam. O que é mais provável que ocorra é a reinterpretação por parte do estudante, ou na melhor das hipóteses, somente uma aceitação parcial, e muitas vezes a rejeição pura e simples dos significados intencionais e não intencionais das escolas. Obviamente, as escolas precisam ser vistas de uma forma muito mais complexa do que apenas através da simples reprodução. (APPLE, 1989).

A escola precisa ser plural, acolhedora e aberta a diferentes grupos étnicos e culturais. Uma ação inclusiva torna-se necessária na ajuda de construção da identidade de alunos oriundos de diferentes classes sociais e pertencentes a segmentos étnico-culturais diferentes do padrão cultural dominante. A real democratização do ensino escolar pode ser o ponto de partida para uma sociedade abrangente, na qual todos as etnias se sintam iguais em seus direitos e na sua representatividade social e econômica.

Entende-se que a intenção da elite dominante neste país, desde a época da escravidão, foi a de utilizar como legitimação para sua permanência em subjugar os negros, a inculcação de que somente a etnia branca é bonita e superior enquanto a etnia negra é feia e, portanto, inferior. Percebe-se, que tal ideologia, também continua presente, de forma velada ou não, no âmbito escolar até os dias de hoje e é repassada aos alunos. Normalmente, não há nenhuma reflexão crítica por parte dos profissionais da educação, que por certo, se a fizessem, ressignificariam suas práticas, analisando criticamente as atividades impregnadas dessa ideologia no cotidiano pedagógico. Tal atitude traria, por certo, uma formação adequada da escola sobre as questões raciais e favoreceria uma ruptura na cadeia dos rótulos que tratam o negro como pessoa marginal, discriminada socialmente. (GOMES; MATOZINHO, 2005).

Atitudes e valores de respeito à diversidade étnico-cultural, presentes em todos os segmentos da sociedade brasileira, no mundo do trabalho, na família, nos locais públicos e de lazer, devem ser trabalhados pela escola. A soma das singularidades e das diferenças enriquece a sociedade e a torna plural.

Discutir a diversidade étnico-cultural pode conduzir a algumas mudanças nas práticas educativas, mas não é o bastante. Muito ainda precisa ser feito. Problematizar a educação, promover discussões sobre as relações interpessoais, sobre as diversas formas de linguagem, respeito ao outro, enfim desenvolver o sentimento de respeito, não de tolerância deve ser um tema de permanente reflexão e estudo no sentido da construção de uma escola realmente inclusiva. Pode ser um dos caminhos para uma educação que contemple todos os estudantes que necessitam de uma escola pública de qualidade, capaz de construir o conhecimento e preparar o indivíduo para o exercício consciente da cidadania.

E neste contexto social em que nos encontramos atualmente, “refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil” (GOMES, 2003). Para Sodré(2000) “o problema da reelaboração do estatuto cultural do sujeito afro brasileiro é, antes de mais nada, ético”.

Nesse sentido, construir outro olhar sobre a cultura afro-brasileira implica em (re) elaborar os ritos, as representações construídas, no contexto da escola, sobre o afrodescendente. Implica em problematizar categorias como diversidade cultural, identidades, currículo e questão racial, dentre outras coisas. Implica como nos adverte Silva (2005) em “conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira”. Conforme Gomes (2003)

A cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, á musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade.

E é esta cultura negra que a escola deve passar a perceber em seus alunos. Não adianta falar de negritude se a criança não tiver a dimensão de seu todo "eu" negro presente em várias esferas de sua identidade.

### **3.2 Atentando para o Mito da igualdade racial**

A sociedade brasileira ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre afrodescendentes, brancos e índios. Todo esse discurso, carregado de um eufemismo, consegue desviar o olhar da população brasileira das atrocidades cometidas sobretudo contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo que alguns menos reivindicativos busquem formas de resistências e de superação do racismo. Conforme as palavras de Ferreira:

O Brasil, em relação às outras nações americanas, foi o país a escravizar o maior número de africanos e foi o último país do mundo a abolir a escravidão, em 1888. Apesar desses dados, entre 1990 e 1950, o Brasil negro descrita como harmoniosa e igualitária. (FERREIRA, 2004).

Este fato é encarado portanto pela sociedade brasileira como uma falsa aceitação dos afrodescendentes no país. Isso se dá muito nas escolas, pois muitos educadores, que também foram educados para perpetuarem questões de preconceitos e racismos, que provavelmente vivenciaram na vida estudantil fecham os olhos para estas questões.

A sociedade prega que entre negros e brancos existe uma falsa ideia que todos tem oportunidades iguais, tal qual afirma Gomes:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre esses dois grupos raciais uma situação de igualdade e de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminação construído s sobre esse grupo racial. (GOMES, 2004)

Tais afirmações nos levam a inferir que o mito da democracia racial é uma estratégia de negação do racismo no Brasil, ao mesmo tempo em que reforça discriminações e desigualdades raciais. Deixa as vítimas do racismo, muitas vezes, impotentes para reagirem a situações de discriminações ao fazer alusão que existia uma convivência

harmoniosa entre as raças, pois as escolas, assim como a sociedade, ainda permanecem influenciadas pelo mito da democracia racial, desviando, desta forma, os nossos olhares dos problemas e impactos que o racismo acaba gerando.

O currículo, os livros didáticos e a própria política educacional revelam a presença desse mito, conseqüentemente criam grandes resistências ao debate, à discussão e à implementação de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial. Assim, permanece forte a presença de imagens estereotipadas dos negros, gerando opiniões de senso comum, que precisam ser urgentemente debatidas por todos os autores que se encontram dentro e fora da escola com certa propriedade para que não se reforce o que se quer combater.

#### **4 - A LEI 10.639/03 E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES**

Uma das situações mais graves presentes no sistema educacional brasileiro habita na formação e na qualificação do corpo docente, principalmente os que praticam o magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, pois é necessário que esses docentes estejam preparados e habilitados para trabalhar com a nova temática curricular. É de suma importância que os órgãos governamentais ligados à igualdade racial ofereçam cursos sobre a história da África e da cultura afro brasileira, utilizando materiais didático-pedagógicos como apoio para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem que desmitifiquem muitas coisas errôneas sobre os negros que a sociedade insiste em perpetuar. Infelizmente nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, percebe-se muitas resistências sobre a inclusão da temática sobre a África e as questões da cultura afro-brasileira no ensino. Na maioria das grades curriculares dos cursos de graduação e pós graduação da área da educação, a África e as questões raciais brasileiras continuam invisíveis.

A Lei 10639, apesar de tanto tempo de promulgação, ainda causa inquietações nos profissionais da educação, pois com a obrigatoriedade de sua implementação e cumprimento, demanda alteração na grade curricular, na formação inicial e continuada dos professores em relação às questões étnico-raciais.

O sucesso da implementação da lei depende necessariamente de mudanças, tanto na formação inicial, quanto na formação continuada do professor, tendo em vista que ele é o executor final do processo de ensino-aprendizagem e, em suas mãos, encontra-se a ferramenta necessária para novos rumos no que tange as questões étnico-raciais no Brasil. (COELHO *apud* FERREIRA, 2008)

Ao considerarmos que a formação inicial se refere às licenciaturas universitárias, nesse contexto trazemos as afirmações de Ferreira (2008) que nos ajuda nesse entendimento:

É fundamental que as universidades formem professores qualificados para uma educação antirracista e não eurocêntrica. Portanto, faz-se necessário pensar uma mudança profunda nos programas e/ou currículos das licenciaturas universitárias, uma vez que atualmente elas não são capazes de cumprir os objetivos da Lei 10.639/03. (SANTOS *apud* FERREIRA, 2008)

Por existir lacunas tanto na formação inicial quanto na formação continuada de professores, são difíceis as possibilidades de abordagens pedagógica da questão racial, assim como o enfrentamento das situações de discriminações raciais presentes nas escolas. Por ser a escola um espaço de propagação do mito da democracia racial, é nesse mesmo espaço que a referida lei deve atuar na conscientização e sensibilização dos docentes para desconstrução deste mito. Para o desenvolvimento de um trabalho efetivo nas escolas, não importa somente boa vontade e sensibilização dos professores. Precisa ainda de material didático-pedagógico antirracista como alternativas para que os professores possam no exercício do fazer pedagógico lutar no cotidiano escolar por uma educação que visa combater qualquer forma de discriminação racial.

Recuperar a contribuição histórica da população negra para a construção da sociedade brasileira, discutir nossa herança africana, não só contribuirão para reforçar a autoestima e a identidade de nossos alunos. (...) igualmente possibilitaremos àqueles que têm outras origens raciais, como brancos, amarelos e indígenas possam ter dimensão mais apropriada da contribuição do negro na construção do país. (MÜLLER, 2008)

Com o propósito de trabalhar os conteúdos que dela decorrem, traz para a educação escolar brasileira algumas compreensões fundamentais para efetivação de um processo de ensino-aprendizagem que respeite e valorize as diferenças, sobretudo dos afrodescendentes. A lei nos leva a reconhecer que dominar única e exclusivamente o conhecimento produzido pela cultura hegemônica já basta. Ademais, não é mais possível a manutenção de currículos eurocêntricos que se consolidaram como um retrocesso à celebração da diversidade étnico-racial.

Nesses parâmetros, Pereira (2008) nos traz os seguintes esclarecimentos quanto à prática da referida lei:

Transformá-la em prática real nas instituições escolares, e, mais, fazer com que a inclusão desses conteúdos não reproduzam os estereótipos de inferioridade e submissão que durante os últimos quinhentos anos estiveram associados ao continente africano e à sua herança, é um procedimento que exige a desconstrução de saberes, valores e práticas que do interior da escola e da academia reproduziram e legitimaram a desigualdade racial. (PEREIRA, 2008).

Porém, existem aspectos que dificultam a prática da lei e dificulta o alcance das metas pretendidas como exemplificados nas palavras de Pereira (2008):

O fato é que todos nós professores e educadores em geral, fomos formados pelas mesmas instituições que estamos hoje querendo transformar. E, nessas instituições se produziu/reproduziu um lugar para a África e um lugar para os negros. A África é aquela conquistada pelos europeus no século XVI, berço gerador de homens e mulheres que foram transformados em escravos e que, após os movimentos de Abolição e Independência ( de escravos e de colônias respectivamente), conheceram a pobreza. (...) É bastante frequente que se assista em nossas escolas, a inserção dos conteúdos de África e negritude no Brasil, pautados na reiteração da escravidão e nas mazelas africanas contemporâneas (fome, lutas tribais, expansão da Aids entre outras). (...) priorizamos a inclusão dos temas de História da África e Brasil Africano, em geral, nas disciplinas de História e Geografia, quer pelo viés da escravidão/abolição, conteúdo clássico, quer pelo da África no século XX, configurando o “continente abandonado”. Tal perspectiva, quando desprovida da crítica às condições que deram origem a ela e ainda hoje sustentam esse “lugar subordinado”, correm o risco de reafirmar a desigualdade, ao invés de contribuir para superá-la. (PEREIRA, 2008).

Percebe-se nesta fala da autora, como é importante para que o trabalho com a questão dê certo, para aqueles que atuam na escola quanto à importância de se buscar conhecimentos a respeito das questões raciais. A formação docente enfrenta, hoje, os desafios e dilemas compatíveis com as exigências dos novos tempos. Os saberes a serem ensinados pelos professores e o seu modo de ensinar evoluem com o tempo e as mudanças sociais. Nessa ótica, a formação continuada é uma das alternativas para vencer a complexidade da docência em seus saberes e fazeres. Ao se referir à formação continuada, debruça-se no conceito defendido por Carvalho (2008) que afirma:

Concebe-se a formação continuada do professor como a de um profissional envolvido com uma pluralidade de saberes, destacando-se, inicialmente, a relação da teoria da educação com o conjunto de saberes científicos e filosóficos da atualidade. Aponta-se, nesse sentido, aqueles saberes situados na convergência entre a teoria da educação e da pedagogia, filosofia e as demais ciências: sociologia, psicologia, história, antropologia, política, linguagem, ciências exatas e da natureza, etc., ou seja, campos que inter, transdisciplinarmente e transversalmente o auxiliarão na leitura do mundo onde se situa e atua cotidianamente, construindo, nessas interfaces, os saberes educacionais para atuar na docência. (CARVALHO, 2008).

É preciso que os professores possam vislumbrar que, além do crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação, ele deve repensar a própria formação, em vista dos desafios presentes e das novas exigências no campo da educação, que exige profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados. Para aumentar nosso entendimento quanto ao conceito de formação continuada, se deve valer do própria concepção de identidade deste professor, que também deve ter sido educado sem as questões relacionadas a positividade das questões raciais. A formação continuada serve também para que o professor, enquanto pessoa se assuma em sua verdadeira identidade para que ele se sinta segura para trabalhar com a diversidade de seu alunado.

Falar sobre a pluralidade cultural é sempre um assunto muito complicado tendo em vista a complexidade do assunto discriminação racial. Ao que se refere ao âmbito escolar devemos salientar que essa questão deve ser levada em conta pelo professor desde a preparação das aulas. Trabalhar a diversidade humana é algo fantástico e promissor se for levado em conta a realidade de cada povo e suas particularidades para entender toda a imensidão de um grande e múltiplo universo. Falar sobre a diversidade cultural e valorizá-la, é trabalhar sobre a superação dos preconceitos, é vencer alguns dos mecanismos de exclusão social. Esse trabalho é necessário, porém árduo e insuficiente para chegar ao caminho de uma sociedade igualitária.

Para que o trabalho de aplicabilidade da Lei 10639 seja realmente efetivo, é necessário desenvolver um plano de ensino voltado para a pluralidade cultural com uma visão interdisciplinar, tendo conteúdos em todas as áreas curriculares. Elas devem englobar também as questões jurídicas, que tratam da questão da legislação voltada para a igualdade racial e social, ligada aos princípios de liberdade e igualdade além da questões histórica, geográfica e antropológica, é necessário o conhecimento acerca da formação de todos os povos, suas diferenças e semelhanças, suas características físicas culturais e sociais entre outras particularidades de cada grupo étnico.

#### **4.1 Ensino e aprendizagem e a diversidade étnica**

Ao que se refere às práticas pedagógicas deve-se frisar: o repúdio das práticas racistas e inconstitucionais, a ampliação dos conhecimentos acerca da origem dos povos valorizando-as e utilizando como meio de aprendizagem.

Deve-se usar a pluralidade como mecanismo de aprendizagem e enriquecimento cultural banindo os estereótipos e preconceitos:

O cotidiano da escola permite viver algo da beleza da criação cultural humana em sua diversidade e multiplicidade. Partilhar um cotidiano onde o simples “olhar-se” permite a constatação de que são todos diferentes traz a consciência de que cada pessoa é única e, exatamente por essa singularidade, insubstituível (PCN, 2001).

Numa sala com grande diversidade de alunos, cada um tem sua história, sua origem até mesmo o professor tem uma história de vida particular, assim é necessário haver a interação de um aprender com o outro enriquecendo o conhecimento de todos.

Cabe ao professor o papel de quebrar o trauma causado por muitos séculos de preconceito:

Aqui se coloca a sensibilidade em relação ao outro. Compreender que aquele que é alvo de discriminação sofre de fato, e de maneira profunda, é condição para que o professor, em sala de aula, possa escutar até o que não foi dito. Como a história do preconceito é muito antiga, muitos dos grupos vítimas de discriminação desenvolveram um medo profundo e uma cautela permanente como reação. O professor precisa saber que a dor do grito silenciado é mais forte que a dor pronunciada (PCN, 2001).

Podemos perceber então que vive-se, ensina-se e aprende-se a diversidade porque para viver é preciso conhecer o outro, suas diferenças, semelhanças e assim existir um maior desenvolvimento da aprendizagem.

Portanto, o trabalho do educador deve seguir os princípios presentes no currículo escolar, que precisa ser baseado em uma educação multicultural, capaz de reconhecer a diversidade racial, cultural e étnica, com intuito de preservar a dignidade da diversidade brasileira. Para o professor, existe um desafio imenso para trabalhar com essa temática, pois cabe a ele ser o mediador do conhecimento,

proporcionando debates, discussões, estímulos e oferecendo condições ideais para os alunos conseguirem ampliar seu repertório de conhecimentos e sua visão de mundo no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, uma tarefa que requer do educador o domínio de saberes críticos, capazes de contestar valores cristalizados socialmente.

#### **4.2 Trabalhando com a diversidade no primeiro ciclo**

O tema diversidade é muito amplo e visa aproximar as várias realidades brasileiras.

Os conteúdos devem ser voltados para a formação cultural do nosso país, que é composto por índios, europeus, asiáticos e africanos dando uma noção da variedade e da complexidade da formação da sociedade brasileira. Tais conteúdos e assuntos devem ser abordados nas aulas de língua portuguesa, geografia e história. Por exemplo, transversalizando a língua portuguesa com a geografia, o professor pode utilizar as expressões típicas regionais (PCN, 2001).

O estudo de artes também é necessário, pois nele é possível explorar a apresentação das diversas manifestações artísticas dos diferentes povos.

Podemos afirmar que tanto no primeiro quanto no segundo ciclo a criança deve ser submetida ao intercâmbio, sendo que no primeiro ciclo o professor deve trabalhar com assuntos fictícios, exemplificados que levem a discussão sem expor os alunos, já no segundo ciclo o professor pode começar a trabalhar com documentos jurídicos, verídicos, algo concreto, que serão bem úteis quando se estabelece relações com as ações vividas no cotidiano.

O trabalho com as heranças africanas adquiridas por nós, brasileiros e as culturas do povo que faz parte da formação do povo brasileiro, os africanos na luta pela igualdade racial tem como objetivo dialogar com outra perspectiva metodológica, fazendo uso de diversos fatores da história de formação do Brasil como estratégia de aplicação da lei 10.639 na escola, busca romper com o ensino que distancia o conteúdo escolar da vivência do aluno na tentativa de estreitamento das temáticas étnico-raciais com o cotidiano vivenciado na escola. Este trabalho deve ter como finalidade levar os alunos a valorizar as diversidades e romper com várias formas de preconceitos criados e naturalizados por nossa sociedade.

Portanto, trazer novas propostas de ensino é romper não apenas com o conteúdo tradicionalmente racista, mas também trazer novos métodos e técnicas que promovam a inserção de novos debates na vivência escolar e a inserção dos educandos nestes debates como construtores de novas mentalidades. Além disso, o valor em ensinar e discutir história e cultura africana e afro-brasileira está também em repensar a história de cada um de nós, bem como a formatação da identidade nacional que temos hoje, que embora seja coletiva, se reflete em cada sujeito.

É importante perceber que, assim como nos afirma Munanga

Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA 2005)

Fica claro, cada vez mais que ações como este trabalho deve acontecer nas escolas não apenas em cumprimento da legislação vigente, não apenas em datas comemorativas, não apenas através do trabalho com os temas transversais, mas fazer do combate ao racismo uma postura comportamental em qualquer lugar por onde andemos, porém, para isso é necessário pequenos começos, onde o conhecimento rompe preconceitos e propõe novas formas de pensar as relações étnico-raciais.

Ainda sobre isso, me refiro a Santos que defende que,

a escola como um espaço sociocultural, no qual as ações dos sujeitos não estão predeterminadas, mas condicionadas pelo universo sociocultural no qual se inserem, compactuamos com a ideia de que o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade de construção do novo. (SANTOS 2003)

Sabe-se, portanto, que se a escola é um espaço dinâmico de construção e reconstrução de saberes, onde novos e velhos conhecimentos ora se confrontam ora se associam e formam novas possibilidades de ciência, torna-se altamente possível trazer para este espaço métodos que objetivem desconstruir a discriminação racial em nossa sociedade, através de práticas pedagógicas que desmitifiquem tanto o mito da superioridade como o mito da democracia racial.

## **5 - DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO**

### **5.1 Histórico da escola analisada**

A escola analisada, faz parte da rede municipal de Nova Lima é composta por Educação Infantil e Ensino Fundamental. Está localizada na região noroeste de Nova Lima em um determinado distrito. A escola está situada numa região suburbana, em área de preservação ambiental, cercada por empresas de extração de minério de ferro e por estar inserida em meio a uma mata a 20 Km da capital mineira, tem alto fluxo de turistas. Isso gerou no distrito grandes concentração de bares, restaurantes e pousadas.

Por causa desta proximidade da capital, várias pessoas de poder aquisitivo melhor estão escolhendo o distrito como moradia por causa do clima e o ambiente de interior. Isso atrai também diversos trabalhadores da construção civil, do setor de trabalhos domésticos além de garçons, cozinheiras e camareiras, que chegam de vários lugares a procura de emprego. Por isso, há no distrito um bairro oriundo de invasão que cresceu sem planejamento, sem saneamento básico, mas já foi adquirido, e muitas famílias morando no mesmo terreno que vem em busca de emprego, depois que algum familiar se firma no lugar. Tudo isso gera uma diversidade muito grande de origens dos estudantes da escola, a sua grande maioria negros e pardos. Portanto na escola há estudantes oriundas de famílias tradicionais da comunidade, alunos oriundos de cidades do norte de Minas, da Bahia e alguns alunos filhos de migrantes que se tornaram moradores. Portanto, os(as) alunos(as) dessa escola são filhos de pedreiros, caseiros, jardineiros, cozinheiros, domésticas e trabalhadores temporários e poucos de pais com melhor poder aquisitivo.

A escola é construída em um terreno acidentado. Compõe-se de dois prédios: um restaurado, pois integra o patrimônio histórico do município. Nesse espaço, funciona a secretaria da escola, sala pedagógica, sala de direção e biblioteca. A outra parte da escola constitui-se de um pequeno prédio de dois pavimentos, de 6 anos de reforma. É de construção simples, de alvenaria com 2 pavimentos, com laje pré-fabricada coberta com telha colonial e 4 salas com pisos de cerâmica recém trocados e arejadas.

No andar térreo localizam-se a cozinha, refeitório, banheiros feminino e masculino e uma sala de aula. No primeiro andar, situam-se três salas de aula e uma pequena sala (almoxarifado).

A escada, com corrimão e corredores tem o piso de ardósia, encerada. As áreas livres (pátio e parquinho) são cimentados - piso grosso. As salas tem pisos de cerâmica, bem iluminadas e arejadas. Toda a escola é contornada por jardins bem cuidados. A escola é isolada por uma cerca de tela, com portão eletrônico e interfone. Como medida de segurança contra assaltos, roubos, etc, a escola conta com sistema de alarme interligada ao serviço da guarda Municipal.

Desde 2013 conta também com um anexo, do outro lado da rua atendendo crianças de 0 a 3 anos de idade. É uma casa adaptada com três pequenas salas de aula, cozinha, refeitório, banheiros adaptados para crianças pequenas, secretaria, sala de professores e área externa com gramado e pátio com lajotas, anexo este que atende a 36 crianças, que era uma antiga reivindicação da comunidade.

Os sujeitos desta escola retratam a diversidade étnico cultural da realidade brasileira pois se compõem de representantes de diferentes grupos étnicos – afro descendentes, brancos, índios, diferentes grupos religiosos: Católicos, Evangélicos, Igreja Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Espíritas, Budistas e outros.

Os professores que atendem a esta escola são bem variados. Em sua grande maioria efetivados por concursos públicos que gera um leque de possibilidades de onde este educadores são oriundos. Alguns são do próprio distrito, outros da sede do município, da capital Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Santa Luzia. Portanto professores com diferentes vivências que trazem em sua bagagem experiência de outras redes também.

Quanto a formação, 90% dos educadores tem formação acadêmica na área de educação e apenas 10% tem ensino médio ou estão fazendo curso superior.

Quanto à direção, tem formação superior e já está na segunda pós graduação relativa a temática do trabalho das questões raciais em sala de aula, o que dá uma grande importância ao trabalho que é exigido por lei.

## 5.2 Percurso metodológico

Pretende-se nesta monografia, compreender o que facilita e o que dificulta a efetivação do trabalho com a Lei 10639 nas escolas, no Ensino Fundamental Público Municipal na região noroeste de Nova Lima. Objetiva –se, pois interpretar como se dá o trabalho referente a tal lei dos educadores uma vez que é referendado pela equipe gestora. Essa pesquisa foi realizada no período de início de outubro ao fim de novembro, com crianças do 1º e 2º ciclos de tal escola.

Na análise dos sujeitos da pesquisa buscou-se observar as aplicabilidade em vários conteúdos, dentro do currículo proposto pela rede com suporte de vários materiais oferecidos como acervo literário, documentos, textos pedagógicos, vídeos, documentários, imagens etc.. Para investigar o assunto, dois métodos de pesquisa foram utilizados:

- 1) Implantação de projeto que teve como objetivo oferecimento de várias estratégias e materialidade ao professor;
- 2) A pesquisa qualitativa que constitui numa investigação descritiva dos fatos observados a partir da aplicação do projeto. Nesta modalidade de pesquisa pode – se aprofundar e analisar as dificuldades e facilidades de forma ampla. Segundo André (2002) nesta abordagem tem-se uma visão holística dos componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

Este tipo de pesquisa se caracteriza pelo contato direto do pesquisador com a situação pesquisada o que permite reconstruir processos e relações que configuram o trabalho dos educadores e a vida escolar e diária das crianças; em tal contexto pode-se desvelar e descrever ações e representações desses atores sociais.

A escola pesquisada constitui local de trabalho da aluna pesquisadoras desta monografia. Essa escolha constituiu o desejo dessa aluna, que atua como diretora e já vinha aplicando o projeto de forma isolada desde 2009 nesta escola. Cuidou-se para que o relato dos fatos observados, a aplicação do questionário e registros fossem mais objetivos possíveis. Esse cuidado tornou-se necessário para evitar a subjetividade passível ao ser humano quando observa fatos no seu próprio local de atuação profissional.

Como instrumentos de medida, utilizou-se questionários semi-estruturados após a aplicação do projeto, observações e conversas no período de aplicação .

A observação direta permite maior proximidade do pesquisador nas representações sociais dos envolvidos. A presença do pesquisador no local da pesquisa permite que se observe a comunicação natural entre os mesmos e se observe comportamentos de desrespeito, antiéticos e possíveis focos de reflexão.

A partir de observações feitas, pode-se perceber o nível de envolvimento político destes professores e analisar como a sua formação inicial e continuada, interfere ou não no desenvolvimento do trabalho. Foram analisadas também indagações posteriores sobre confortos, desconfortos, facilidade e entraves para se trabalhar e implementar a Lei 10639.

Apesar de o projeto ter sido institucional, para toda a escola, foram analisados apenas os resultados de questionários aplicado a professores do ensino Fundamental. Ou seja todos os professores regentes 1, regentes 2, professores de apoio e a supervisora destas turmas que foi fundamental para que o trabalho tivesse sucesso ou não.

Apesar de o fato do preconceito já aparecer desde os primeiros anos de vida e de escolarização, a escolha de analisar o trabalho realizado com o Ensino Fundamental, já exige dos educadores um trabalho mais intensificado com o enfrentamento ao preconceito, porque aos 5 ou 6 anos as crianças já vivenciaram situações assustadoras com este problema.

A escola deve cada dia mais entender, que a identidade do sujeito é o resultado de um processo de construção social, onde nos enxergamos através do olhar do outro. Considerando que interagimos em uma sociedade preconceituosa que ao longo da história construiu uma visão negativa do negro. A socialização da criança negra será embasada por modelos insatisfatórios e estereótipos negativos sobre o negro. Sendo assim, a partir do início da alfabetização é muito importante que se trabalhe atividades antirracista na sala de aula e na escola com a intenção de promover boas relações raciais, favoreça a construção da diferença como desigualdade e do negro como inferior.

Ao iniciar o processo de escolarização a criança negra se depara com o preconceito por não se enquadrar no modelo de branquitude legitimado pela sociedade. A criança negra começa a ser preterida devido a sua aparência, o fenótipo, a cor da pele, cabelo, a participação em religiões de matrizes africanas, posição social, entre outros. Esse preconceito está tão naturalizado que a própria criança negra incorpora uma mentalidade branca, rejeitando sua aparência e a cultura do seu povo, conforme afirma Algarve na citação abaixo: “Como branco, se vê e se faz ver como superior, de certa estes, sua matriz africana, e se efetiva no momento em forma essa é uma estratégia, para sendo negro, fazer-se reconhecer pela sociedade que o discrimina, aqui vence a ideologia do branqueamento. Ideologia essa, que segundo Silva, (2000) e Domingues (2002) representa a interiorização dos modelos culturais brancos pelos negros. (ALGARVE, V. A, 2006)

É muito importante que a escola valorize cada dia mais de forma igualitária todos os grupos pertencente aos grupos que formam a nação brasileira. esta valorização deverá ser trabalhadas em todas as áreas do currículo escolar. vale lembrar também, que infelizmente devemos desde estas séries iniciais trabalhar o combate ao preconceito e não simplesmente as contribuições culturais que cada grupo de formação trouxeram para o nosso país.

### **5.3 Amostras:**

Abaixo, será mostrado o resultado da coleta da pesquisa feita a 12 professoras. O questionário se baseou em 10 perguntas que foram:

- 1) Nome e idade;
- 2) Em que grupo racial você se encaixa?
- 3) Qual seu grau de instrução?
- 4) Durante seu curso, o que você estudou sobre a implementação da Lei 10639 nas escolas?
- 5) Você faz ou fez algum curso de educação continuada sobre a implementação desta lei?
- 6) Qual a sua faixa salarial?
- 7) Há quanto tempo é professor ou supervisor escolar?
- 8) Quanto tempo leciona nesta escola?

9) Na sua opinião, quando a lei 10639 deve ser trabalhada na escola?

( ) Somente no dia da abolição da escravatura em 13 de maio e 290 de novembro, dia da consciência negra

( ) Durante todo o ano contextualizando com o currículo escolar;

( ) Somente quando houver um caso explícito de racismo ou preconceito;

( ) Em outra ocasião;

10) Em sua opinião, os casos de desigualdade e discriminação racial existentes na escola e na sociedade são:

( ) Pontos para reflexão e ações pedagógica para todos, inclusive demais funcionários da escola e comunidade;

( ) Pontos de reflexão apenas quando um aluno reclamar de discriminação ou situações de preconceito;

( ) Isso não deve ser discutido na escola;

11) Sobre o projeto desenvolvido pela escola no ano de 2015, que dificuldades você encontrou na aplicação do mesmo?

#### 5.4 Resultados das análises

Os educadores entrevistados tem entre 28 e 55 anos de idade. Todos tem mais de 5 anos de atuação nesta instituição com a exceção de uma. As faixas salariais estão além da faixa dos R\$ 2.000,00 com a supervisora com uma faixa maior pois tem mais de 30 anos de profissão na rede como mostram os dados:

**Tabela 1- Faixa salarial**

Faixa Salarial	Quantidade de educadores
Entre R\$ 1000,00 e R\$ 2 000,00	0
Entre R\$ 2 000,00 e R\$ 3 000,00	10
Mais de R\$ 3 000,00	2
Total	12

**Tabela 2 - tempo de trabalho**

Tempo de trabalho como professor	Quantidade de educadores
Entre 1 e 3 anos	0
Entre 3 e 5 anos	3
Entre 5 e 10 anos	5
Mais de 10 anos	4
Total	12

Todas já ouviram falar da lei, antes da aplicação do projeto mas nenhuma fez cursos voltados para a área. 7 já assistiram palestras ou participaram de grupos que dialogam sobre o tema. As outras 5 já leram sobre o tema, pesquisam material em livros e sites.

Por isso a importância de se rever os cursos de formação de educadores , pois a formação de professores – tanto inicial como continuada – tem o importante papel de sensibilizar, de despertar a atenção dos professores que estão nas escolas para a questão da diversidade, do preconceito, da discriminação e proporcionar aos futuros professores e aqueles que já estão atuando condições (teóricas e práticas) de reflexão sobre seu papel de mudança de mentalidade, só assim terão condições de questionar criticamente sua concepção de sociedade, de escola e de ensino, de pensar as desigualdades e injustiças e seu papel frente a isso, de rever conhecimentos que foram cristalizados como verdadeiros e propor novos conhecimentos, novas práticas, novas metodologias.

Quanto a pergunta de quando este trabalho deve ser desenvolvido na escola, houve unanimidade na resposta, demonstrando que os educadores sabem que o tema deve ser trabalhado durante todo o ano dentro da proposta pedagógica e que são importantes pontos para reflexão e ações pedagógica para todos, inclusive demais funcionários da escola e comunidade. Isso nos faz enfatizar ainda mais o que diz os DCNs, que:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e

comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

É papel da educação e da escola por ser um espaço de difusão do saber, mas não do saber elitizado por uma parcela da sociedade, pois este espaço que era para ser um espaço de libertação infelizmente é um espaço que perpetua a discriminação, preconceitos e usa as diferenças de forma negativa. É o saber que valoriza todo um povo, sua verdadeira história, sua cultura independente se nesta sociedade existam maiorias ou minorias. Portanto, a escola deve ter a dimensão que a temática da Promoção da Igualdade Racial está colocada de forma incisiva pela sociedade brasileira, o que convoca as instituições escolares a uma reelaboração curricular e a pensar novas propostas de ação educativa, tendo em vista um modelo educacional voltado para a inclusão étnico-racial.

Para tanto é necessário que a equipe da escola tenha alguns posicionamentos ao pensar/fazer diário da educação. O primeiro deles diz respeito ao reconhecimento de que a equipe escolar se torne aprendiz dessas questões, completando a formação sobre o assunto e, principalmente, rompendo com os estereótipos que ainda muitos educadores tem introjetados e com os conhecimentos baseados no senso comum sobre a história e cultura negra. Entre a apresentação do projeto, o conhecimento do mesmo pelos educadores, seleção de material e esclarecimentos de dúvidas foram 1 mês e meio. Este tempo foi essencial para que os professores se inteirassem mais sobre alguns conceitos que não dominam totalmente, mas adquiriram o mínimo de conhecimento do tema para poderem dialogar com mais tranquilidade com os alunos. Neste tempo puderam entender melhor sobre a diferença entre preconceito, discriminação e racismo, um pouco mais sobre como trabalhar este tema sem evidenciar ou reforçar algum tipo de preconceito, o que não era nem de longe a intenção do trabalho. Serviu também para observarem que é um tema amplo, e que não dá para se trabalhar em apenas alguns períodos do ano.

Quanto as respostas abertas sobre facilidade e dificuldades em se trabalhar o projeto, gostaria de destacar algumas falas:

### **Obrigatoriedade do trabalho com a cultura dos afrodescendentes**

Elas são de suma relevância, extremamente importantes para o universo educacional. Abordam questões culturais e sociais também, mas ainda não temos formação suficiente para aprofundar o tema. Em algumas situações que vivemos dentro da sala fico sem saber que abordagem fazer, então parto para a questão do respeito. (Professor A)

Nesta fala, podemos nos remeter ao parágrafo anterior em que trata da formação continuada do professor.

### **A lei traz temas a serem trabalhados sempre**

É bom para ficarmos atentos a esta questão, para que sejam trabalhadas essa cultura de forma contextualizada, o que não era trabalhado. Elas trazem temas a serem trabalhados sempre e não se falar de uma vez só dos e negros e acabou.

(Professor B)

### **Apoio da equipe gestora**

O tema é complicado, pois ficamos com medo de reforçar o que não é para ser. As vezes desconhecemos conceitos básicos por falta de formação mesmo, mas com o apoio da equipe gestora nos sentimos mais seguras, visto que entendem bem do assunto.

(Professoras C, D e E)

### **Ainda há resistência**

O trabalho realizado em 2015 foi bacana. Tivemos algumas resistências quanto ser mais um trabalho a ser desenvolvido. Mas tivemos um suporte muito bom em relação ao material ( projeto, livros, textos com conceitos, o que ajudou muito.

( Supervisora da escola)

Nestas falas podemos perceber que ainda há muitas dúvidas quanto conceitos, desconhecimento da própria história dos negros, que por séculos foi contada de forma errônea e a dificuldade de contextualizar e dialogar o assunto com as demais

áreas do currículo que não sejam a literatura, a história e a artes. Mas é preciso uma reflexão constante acerca do tema.

Naturalmente o trabalho do educador deve seguir os princípios presentes no currículo escolar, que precisa ser baseado em uma educação multicultural, capaz de reconhecer a diversidade racial, cultural e étnica, com intuito de preservar a dignidade da diversidade brasileira. Para o professor, existe um desafio imenso para trabalhar com essa temática, pois cabe a ele ser o mediador do conhecimento, proporcionando debates, discussões, estímulos e oferecendo condições ideais para os alunos conseguirem ampliar seu repertório de conhecimentos e sua visão de mundo no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, uma tarefa que requer do educador o domínio de saberes críticos, capazes de contestar valores cristalizados socialmente (FIGUEIRA, 1991).

A partir do momento em que a escola coloca esta lei para realmente ser efetivada, existe um consenso entre os educadores de que, são eles o grande elo para que o trabalho seja consistente. É muito importante que se trabalhe com os educadores a importância do trabalho da educação para as relações raciais e atrelado, a este, a construção de uma educação para a igualdade racial. Também é urgente superar a ideia de currículo compreendido apenas como um conjunto de disciplinas e conteúdos, que não considera as histórias e as necessidades cotidianas vividas pelas pessoas em suas comunidades, e que sustenta racismo e práticas discriminatórias por meio de silêncios, omissões ou mesmo de forma explícita. É necessário ainda superar a ideia de proposta pedagógica que não dialoga com a realidade da sociedade brasileira e nem faz sentido para a comunidade na qual a escola está inserida.

Na aplicação deste projeto na escola pesquisada, houve um tempo de preparo, onde os professores puderam conhecer o acervo literário da escola, que já tinha sido previamente separado pela direção e coordenação da escola, além de sugestão de músicas, filmes e vídeos que puderam pesquisar na internet.

Este trabalho ajudou com que os educadores se desvencilhassem um pouco mais dos fios do preconceito, se tornam capazes de buscar respostas para esse universo de desconhecimento e falta de informação que os conduz ao receio de tratar o tema e ao medo de não conduzirem adequadamente o trabalho pedagógico a ser efetivado no contexto escolar. Pois assim, de acordo com os DCNs pag.12,

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Sem este reconhecimento pela cultura negra e conhecimento mínimo da história e luta do povo negro, o trabalho tende a ficar precário pois o educador e a equipe escolar devem estar prontos para os questionamentos acerca do tema e conseqüentemente o combate ao racismo e discriminação que ocorrem no espaço escolar.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se não atentarmos nossos olhares para as questões da educação para educação racial, a escola continuará sendo uma instituição que exclui mesmo sem perceber. E nós, educadores só atentaremos nosso olhar a partir de uma prática que inclui as questões de valorização e reconhecimento da importância da contribuição do povo negro na sociedade brasileira.

O Livro Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas das organizadoras Anete Abramowicz e Nilma Lino Gomes, vêm nos trazendo uma análise de como a formação de professores podem intervir profundamente na questão da educação para as relações raciais dentro das escolas brasileiras e esta educação pode influenciar fortemente a vida dos negros e não negros. Dos negros em virtude do reconhecimento de seu valor e os auxiliar na luta pela superação do racismo e da discriminação e lhes permitir conhecimento e segurança para se orgulharem de seu pertencimento, e aos brancos que sua história não é única que não são melhores do que os outros e que principalmente identifiquem em seu jeito de viver, as influencias, a contribuição do povo negro na construção da sociedade brasileira. É justamente isso que se espera quando a escola assume seu real papel de acordo com os objetivos da implementação da Lei 10.639.

Mas para além da questão de formação dos educadores que estão no dia a dia com os alunos, é muito importante o envolvimento da gestão que deve andar de mãos dadas com o reconhecimento da diversidade que existe no ambiente escolar. Uma gestão educacional que valorize diferentes vozes, saberes, experiências, estéticas, necessidades e propostas, contribui para distribuir o poder responsabilidades, mostrar a força da diversidade e revelar que muitas vezes ela é marcada por desigualdades e discriminações presentes na escola.

Esta pesquisa, portanto é o que levou a se refletir sobre como as abordagens do tema da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar representam um questionamento às formas de ver o mundo e atribuir sentido às relações sociais e raciais. Por isso, implica a articulação de um conjunto diverso de saberes provenientes de fontes igualmente diversas de aquisição cuja integração na atividade docente é resultado de escolhas individuais e coletivas e principalmente,

que o corpo docente das escolas entendam cada vez mais que estes projetos para darem certo, precisam da articulação entre processos educativos escolares e mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais.

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos os que estão envolvidos com a escola, principalmente a gestão que irá direcionar o trabalho e não apenas do professor em sala de aula. Ele, o professor precisa contar com a colaboração e apoio pedagógico. Necessita-se, assim, um comprometimento grande dos gestores, coordenadores escolares para que verdadeiramente o trabalho se efetive na escola como um todo, e não em apenas algumas salas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGARVE, V. A. A leitura da cultura negra possibilitando a construção e valorização de identidades. Disponível: [http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss10\\_06.pdf](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss10_06.pdf) Acesso em: 06 Jan.2016.

APPLE, Michael W. Educação e Poder. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

CARVALHO, Janete Magalhães. A cooperação como poder constituinte da formação continuada e do coletivo universidade escola: tarefa quixotesca? Texto apresentado no XIV ENDIPE, Rio Grande do Sul, 2008

CÓRIA SABINI, M.A. Psicologia do Desenvolvimento. SP: Ática, 1993.

FERREIRA, Angela Cecília da Rocha. A Lei 10.639/03; um estudo de caso no CEFET-PA. In: NUNES, Antonia Elisabeth da Silva Souza e OLIVEIRA, Elias Vieira de. Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica. Brasília; MEC, SETEC, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. Afro-descendente: identidade em construção. Rio de Janeiro, Pallas, 2004.

FIGUEIRA, Vera. O Preconceito Racial na Escola. In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). A África na Escola. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, 1991

GOMES, Ana Paula Carvalho; MATOZINHO, Suzilei Júnia (Unidade de Belo Horizonte/FAE). Os Desafios da Interculturalidade na Formação da Criança Negra:

Um Olhar Sobre a Prática Docente na 1ª Etapa do 1º Ciclo do Ensino Fundamental. In: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Construção de Identidade e Inclusão Social do Afro-Brasileiro. Belo Horizonte: UEMG, PROPEX, 2005. p.119-140.

GOMES, Nilma Lima (org.) Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.

GOMES, Nilma Lima, Anete Abramiwicz (org.). Educação e Raça, perspectivas políticas e estéticas.

GOMES, Nilma Lino. Identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 29, nº 02, pag. 167 a 181 jan/jun 2003.

GOMES, Nilma Lino. Práticas Pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as. In: DINIZ, Margareth (et al). Pluralidade Cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz (orgs.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.13-33.

MÜLLER, Maria Lucia Rodrigues. Produção de sentidos e institucionalização de idéias sobre as mulheres negras. In: MÜLLER, Maria Lucia Rodrigues. História da educação do negro.

MUNANGA, Kabengele Programa de educação sobre o negro na Sociedade Brasileira. PENESB 8. Niterói, EDUFF, 2006.

MUNANGA, Kanbegele (org.). Superando o racismo na escola. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SACRISTAN, J. Gimeno. O currículo. Reflexões sobre a prática. Porto Alegre, Artmed, 2002.

## 7 - ANEXOS

### 7.1 Projeto aplicado na escola.

\*\*\* O projeto foi elaborado para o ano, mas foi aplicado entre a segunda quinzena de setembro e fim de novembro.

#### **Projeto Institucional E.M. XXXXXXX**

### **Por que ensinar relações étnico-raciais e história da África nas salas de aula?**

**Duração:** março a novembro

#### **Introdução**

Já faz alguns anos que se fala da importância de a Educação brasileira incorporar temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Esse foi, justamente, o objetivo da **Lei 10.639/03**, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Vivemos em uma nação em que uma sutil maioria da população é composta de pretos e de pardos (que, somados, constituem a categoria “negros”). Entre os demais, a maior parte são brancos miscigenados. Discutir as relações étnico-raciais que construíram esse país, logo, deveria ser uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. São esforços que não apenas se somam na luta contra o racismo, como também na consolidação da democracia, da promoção da cidadania e no reforço à igualdade social e racial. Dado que a escola é um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram desde as gerações anteriores, ela também se torna um dos focos do movimento negro. De uma forma ou de outra, o currículo escolar seria trazido à tona. Para tanto, devemos fazer

*“Uma revisão histórica do nosso passado e o estudo da participação da população negra brasileira no presente”, sugere Gomes (2007), “poderão contribuir também na superação de preconceitos arraigados em nosso imaginário social e que tendem a*

*tratar a cultura negra e africana como exóticas e/ou fadadas ao sofrimento e à miséria*”. Em outras palavras, a sociedade se beneficiaria em muitos sentidos: tanto pedagógicos, no tocante a uma visão mais afirmativa da diversidade étnico-racial, quanto políticos, na problematização das relações de poder que marcam os diferentes segmentos da população. Não é mais um trabalho, mas sim uma adequação ao nosso currículo, já que podemos trabalhar os conteúdos em artes, português, matemática, história, ciências, geografia, etc.

### **Objetivos:**

- Efetivar a implantação da Lei 10.639/2003
- Descolonização dos currículos;
- Conhecer melhor a história da África e dos afro brasileiros e sua luta por liberdade e igualdade;

### **Culminância:**

Foi a mostra dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos no decorrer do período do trabalho. Esta mostra foi apresentada para toda a escola e a comunidade para que percebessem a importância deste trabalho para desconstrução de "pre" conceitos e o respeito entre as pessoas.

### **Desenvolvimento**

Temos que começar o trabalho de algum ponto, não é mesmo? Cada turma na escola deve ter um nome. Vamos dar às nossas turmas nomes de países africanos. Assim todos descobrirão que África não é um país, mas sim um continente repleto de cores, diferenças, riquezas culturais às quais nosso país herdou muito, países que foram colonizados por Portugal e também falam português, muitos bichos, histórias, lendas e muita contribuição para o desenvolvimento da humanidade. São 54 países que por eles pode ser feitas viagens fantásticas.

Pergunte a seus alunos o que pensam sobre África. A partir daí você já ter uma noção do que trabalhar com seus alunos. Explique a eles que é um continente e não apenas um lugar. Apresente a eles o mapa e os mostre quantos países há neste continente. Aproveite para trabalhar dentro da possibilidade de cada turma estes conceitos. Fale sobre alguns países que talvez conheçam e vá explorando isso aos poucos com eles.

Cada turma poderá ampliar o mapa e o pintar, pois assim vão se familiarizando com o continente e com o país escolhido.

Um mapa menor pode ser afixado do lado de fora da sala para identificar a turma.

Depois várias coisas podem ser trabalhadas: Localização, língua, curiosidades em geral, contos, músicas e etc.

Após o início do trabalho, cada um pode dar rumo que achar conveniente no trabalho, lembrando que deverá ser feito interdisciplinarmente, dentro dos conteúdos que já trabalhamos como ex: Contos em português, localização e deslocamento em geografia, flora e fauna em ciências, respeito, discriminação e valorização em ed. religiosa, arte africana, figuras geométricas, jogos, números egípcios etc. Tudo com muita naturalidade.

Abaixo, sugestões por turmas:

Ed. Infantil:

- Identidade a partir de fotos, figuras de pessoas de todas as etnias;
- Ambiente etnicorracial: Figuras de pessoas de várias etnias para que o aluno se reconheça;
- Estudo sobre os animais;
- Desenhos que trabalham a igualdade e a desconstrução de alguns estereótipos: O Show da Luna, Milly e Molly, Charlie e Lolla. ( alguns com personagens negros).
- Contos africanos e indígenas;
- Brincadeiras africanas; ( tem uma apostila na escola)
- Culinária africana e indígena;

1º ao 3º anos

- Contos e lendas africanos e indígenas;
- Trabalho com dicionário ilustrado de palavras de origem africana e indígena;
- Trabalho com figuras geométricas e símbolos Adinkra;
- Localização de países africanos;
- Conceitos de preconceito, discriminação racial, social e outras;
- Trabalho com fauna e flora africana;
- Personalidades negras e indígenas;
- Culinária afrobrasileira e indígena;

4º e 5º anos

- Contos e lendas africanos e indígenas;
- Trabalho com geometria com grande presença em estamparias e Desenhos africanos, e cestaria indígenas , símbolos adinkras, e numeração egípcia ( tal qual os romanos);
- Conceitos de preconceito, discriminação racial, social e outras e como se dão;
- Discussões sobre o preconceito que aparece nas mídias Ex: casos nos campos de futebol;
- A chegada dos negros no Brasil e suas formas de resistências;
- Trabalho com músicas;
- A situação dos indígenas no Brasil desde a época da colonização até os dias de hoje e suas formas de resistência;
- As heranças históricas, linguísticas, gastronômicas e culturais que herdamos de indígenas e africanos;
- Personalidades indígenas e afrobrasileiras;
- Localização de países africanos - quais falam a língua portuguesa e por quê) - o fenômeno da colonização europeia;
- O porquê das diferenças fenóticas- deslocamento populacional e adaptações físicas;
- Jogos matemáticos e físicos afro e indígenas ( tem apostila na escola);

- Valorização e respeito às diferenças;
- Legislação anti-racista;

### **Avaliação:**

Foi ao longo do processo através de atitude e falas dos alunos na questão da desconstrução de preconceitos e atitude racistas além da construção positiva da identidade de alunos e funcionários.

### **Bibliografia**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

## 7.2 Fotos da culminância do trabalho:



